



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004105-95.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **Giordano Tecidos e Confecções Ltda Me**  
 Requerido: **Vanatex Confecções Ltda Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**GIORDANO TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA ME** intentou ação em face de **VANATEX CONFECÇÕES LTDA EPP**. Narra que foi surpreendida com comunicados de protesto de quatro duplicadas sacadas pela requerida sem motivo, não tendo qualquer negociação com ela. Ainda, disse que seu advogado contatou o representante da requerida, sendo que ele nada resolveu, sendo necessária a presente ação, inclusive para ser indenizada pelos danos morais sofridos.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 27/30.

Às fls. 31/32 se antecipou a tutela mediante caução, não recolhida.

A requerida, devidamente citada, apresentou contestação. Disse que ocorreu um equívoco na emissão das duplicatas, sendo erroneamente indicada a autora como devedora. Constatado o equívoco, o banco foi contatado em diversas oportunidades mas não sanou a pendência. Pugna pela improcedência.

Réplica às fls. 78/79.

Instadas as partes a especificarem as provas que pretendiam produzir, as partes silenciaram (fl. 83).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Não há razão para outras provas ou diligências, sendo de rigor o julgamento antecipado da lide, consoante artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Trata-se de pedido de declaração de inexistência de débitos e pagamento de indenização por danos morais.

Os documentos de fls. 28/30 indicam a real existência de protestos em relação às



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

quatro duplicatas indicadas na inicial. Aliás, em contestação a parte reconheceu que a autora realmente não deve as quantias, sendo os títulos sido emitidos erroneamente em seu nome. Assim, evidente o deslinde quanto a esse tema.

Ao que parece, a requerida repassou os títulos ao Banco Santander, sendo feita inclusive notificação extrajudicial à instituição para que tomasse as devidas providências, impedindo maiores dissabores (fls. 62/64). Ocorre que em leitura da notificação, se verifica que os títulos não foram repassados para cobrança, como costuma ocorrer, mas sim por garantia a empréstimos junto à instituição financeira, não havendo nenhuma notícia de que tais garantias foram substituídas. Tal argumentação é somente ilustrativa, pois desnecessária à solução.

Ainda, em sua contestação a parte informa que continuou a provocar o banco quanto aos protestos, conseguindo que o banco expedisse documentos para a "baixa" (fl. 21), tomando pessoalmente a cautela de encaminha-los aos cartórios de protestos, e isso está comprovado pelas certidões de fls. 65/70, que dão conta que em junho de 2016 não havia protestos no nome da autora.

Pois bem, se a dívida não existia, e isso é fato, não poderiam ter sido sacadas as duplicatas, algo bastante estranho de ter ocorrido, em especial diante dos requisitos que a lei exige para a emissão de tais documentos, como a escrituração do "livro de registro de duplicatas". Além disso, a conduta também pode ser criminosa a teor do artigo 172, do CP. Ainda, se as dívidas eram inexistentes, nenhum documento poderia ter sido entregue ao banco, pela requerida, gerando todo o transtorno, e mesmo os quatro protestos indevidos.

Agir de forma a minorar as consequências de seu absurdo equívoco não é conduta digna de elogios, não passando de verdadeira **obrigação** da parte.

Se houve erro do banco, esse é um problema que deve ser discutido entre a ora requerida e a instituição financeira, em possível ação regressiva, mas nunca com a autora.

Assim, de culpa exclusiva de terceiro longe está de se falar.

Dito isso, os danos morais são *in re ipsa*, decorrentes das irregularidades, todas à cargo da ré, sendo devida indenização.

A fim de se encontrar um meio termo entre as teorias do desestímulo (voltado ao ofensor) e da vedação do enriquecimento sem causa (dirigido ao ofendido), arbitro o valor a título de indenização por danos morais em R\$ 10.000,00.

Ante o exposto, confirmando a antecipação de tutela, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos, extinguindo o feito com exame do mérito, para: **a)** declarar a inexigibilidade das duplicatas indicadas às fls. 27/30 e **b)** condenar a parte ré ao pagamento de indenização por danos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

morais, no valor total de R\$ 10.000,00, atualizados desde esta decisão, e com juros de mora de 1% do mesmo marco, e isso porque o fator tempo já foi considerado na eleição do *quantum*.

Arcará a requerida com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10 sobre o valor da condenação, atualizado.

Oportunamente, archive-se.

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Juiz de Direito  
(assinado digitalmente)

São Carlos, 21 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**